



CÓD: SL-080AB-22
7908433220091

TJ-TO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

500 Questões Gabaritadas

CADERNO DE QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

Prezado candidato, de acordo com o texto a seguir responda as questões de 1 à 20.

Texto 1

Mercado do desespero

Escolho a Índia, país maravilhoso, mas poderia escolher vários outros para trazer brevemente um dos problemas mais sérios da atualidade.

Falo do crescente comércio de órgãos humanos de doadores vivos que domina a cena global. O encontro entre carências e demandas vitais: no mercado. De um lado compradores, desesperados por sobreviver a doenças. De outro lado vendedores, desesperados por sobreviver à miséria. É uma organização no meio deles, anunciando o milagre, arregimentando fragilidades, negociando a mercadoria, viabilizando cirurgias, corrompendo consciências e controles, alimentando redes via Internet. De longe, governos minimizando ou negando que a barbaridade floresça em suas respectivas ilhas de tranquilidade e exceção.

Apesar da legislação, a Índia é o país de onde mais saem órgãos humanos para o exterior, em sua maioria já devidamente instalados no corpo de estrangeiros. A Organização Mundial de Saúde denuncia a prática, que envolve milhares de pessoas convencidas a vender rins ou córneas. Estudo recente mostrou a deterioração da saúde de 86% dos doadores indianos. Facilitam alguns valores culturais e a dominação masculina, levando a que mais de 70% dos doadores sejam mulheres. Muitas aceitam encenar casamentos com doentes, que as remuneram após conseguir o órgão, desfazendo a combinação em seguida. Vendem seus órgãos para pagar dívidas da família, para obter recursos para os estudos de um filho homem, para o dote da filha. Não parece história de novela?

Mas já em 2004 a Organização Mundial de Saúde reconhecia ser tragédia do mundo real e recomendava aos Estados-membro que promovessem medidas urgentes para proteger seus pobres e vulneráveis do "turismo para transplante", dando a atenção devida ao tráfico internacional de órgãos.

(...) Em 2008 também o Papa exigiu ética em doações e transplantes e providências contra o que chamou de "abominável" tráfico humano.

(Elizabeth Susskind O Globo, 09-02-2009)

1. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

O texto desta prova deve ser classificado como predominantemente:

- (A) descritivo.
- (B) narrativo.
- (C) informativo.
- (D) argumentativo.
- (E) publicitário.

2. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

"Mas já em 2004 a Organização Mundial de Saúde reconhecia ser tragédia do mundo real...".

O vocábulo sublinhado indica que o fato de a OMS reconhecer a tragédia:

- (A) trouxe muita surpresa.
- (B) ocorreu tarde demais.
- (C) divulgou mundialmente o problema.
- (D) ampliou o número de transplantes.
- (E) aconteceu relativamente cedo.

3. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

Os adjetivos podem ser fruto da observação do enunciador (adjetivos objetivos) como da sua opinião sobre algo (adjetivos subjetivos).

Assinale a alternativa em que o adjetivo sublinhado pertence ao segundo grupo.

- (A) "órgãos humanos".
- (B) "Falo do crescente comércio...".
- (C) "doadores vivos".
- (D) "cena global".
- (E) "país maravilhoso".

4. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

Assinale a alternativa que indique a frase em que a troca de posição do adjetivo sublinhado provoca alteração de sentido.

- (A) "que promovessem medidas urgentes" / que promovessem urgentes medidas.
- (B) "dando a atenção devida" / dando a devida atenção.
- (C) "Estudo recente mostrou a deterioração" / Recente estudo mostrou a deterioração.
- (D) "86% dos doadores indianos" / 86% dos indianos doadores.
- (E) "abominável tráfico humano" / tráfico humano abominável.

5. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

Nas alternativas a seguir houve transformação de frases verbais em frases nominais.

Assinale a alternativa em que a substituição é correta e adequada.

- (A) "recomendava aos Estados-membro que promovessem medidas urgentes para proteger seus pobres" = a promoção de medidas urgentes para a proteção de seus pobres.
- (B) "Falo do crescente comércio de órgãos humanos de doadores vivos que domina a cena global" = dominantes na cena global.

(C) “negando que a barbaridade floresça em suas respectivas ilhas” = o bárbaro florescimento em suas respectivas ilhas.

(D) “Muitas aceitam encenar casamentos” = casamentos serem encenados.

(E) “Vendem seus órgãos para pagar dívidas” = para pagamento aos endividados.

6. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

“Vendem seus órgãos para pagar dívidas da família, para obter recursos para os estudos de um filho homem, para o dote da filha.” (L.25-27).

As finalidades da venda de órgãos apresentadas no fragmento acima:

(A) condenam as razões moralizantes para os transplantes de órgãos.

(B) indicam as desculpas falsas apresentadas pelos organizadores dos transplantes.

(C) mostram a hipocrisia das indianas, que escondem a verdade sobre o assunto.

(D) destacam as justificativas legalmente aceitas para a realização dos transplantes.

(E) representam as justificativas da venda de órgãos pelas mulheres indianas.

7. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

“Turismo para transplante” se refere a:

(A) transportar órgãos humanos para outros países mais ricos.

(B) enviar doadores para outros países.

(C) viajar para conseguir realizar transplante de órgãos.

(D) contratar médicos que realizam transplantes em outros países.

(E) transformar turistas em doadores compulsórios de órgãos.

8. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

As alternativas a seguir indicam algumas idéias defendidas pela autora do texto, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) O comércio de órgãos humanos de doadores vivos deve ser combatido.

(B) Alguns doadores são bastante doentes e não deveriam ser doadores.

(C) Alguns governos atuam como se nada de anormal estivesse ocorrendo.

(D) A corrupção ajuda o crescimento da venda de órgãos humanos.

(E) Os pobres devem ser protegidos do “turismo para transplante”.

9. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

Entre os dois segmentos de cada alternativa a seguir se apresenta uma relação de causa e consequência, de acordo com o que é expresso no texto.

Assinale a alternativa que indique a relação **errada** entre causa e consequência.

(A) a venda de órgãos causa deterioração na saúde dos doadores.

(B) a miséria de alguns doadores causa a venda de seus órgãos.

(C) a necessidade de cura de doenças causa a compra de órgãos.

(D) a venda de órgãos causa discriminação contra a mulher.

(E) o dinheiro envolvido na doação de órgãos causa corrupção.

10. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

“...governos minimizando ou negando que a barbaridade floresça...” (L.13).

O segundo vocábulo sublinhado traduz uma maior intensidade da ação do primeiro. Assinale a alternativa que indique a frase em que esse mesmo fato ocorre.

(A) A Índia é um país pobre e miserável.

(B) Medidas urgentes e eficientes devem ser tomadas.

(C) Alguns negociam e contrabandeiam a mercadoria.

(D) O Papa exigiu ética e moralidade em doações de órgãos.

(E) Pessoas são convencidas a vender e negociar seus órgãos.

11. (FGV - 2009 - PC-RJ - TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA)

“...e providências contra o que chamou de “abominável” tráfico humano.” (L.36-37).

A justificativa para o emprego das aspas no vocábulo sublinhado é a de que esse vocábulo:

(A) está empregado fora de seu sentido habitual.

(B) representa um uso inadequado em função de ser o Papa que o emprega.

(C) recebe, com esses sinais, menos força expressiva.

(D) merece destaque na argumentação do autor do texto.

(E) é identificado como uma citação do Papa.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

1. (FGV - SOLDADO (PM CE)/2021/CFS)

Ao analisar a estrutura de uma organização típica, é possível identificar a existência de três níveis hierárquicos: o tático, o operacional e o estratégico.

Sabendo que cada um desses níveis é responsável por funções específicas na estrutura organizacional, o **nível operacional** tem foco, essencialmente, no

- (A) longo prazo e em unidades específicas.
- (B) longo prazo e nas diretrizes departamentais.
- (C) médio prazo no ambiente interno.
- (D) curto prazo e no ambiente externo.
- (E) curto prazo e em tarefas.

2. (FGV - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL (RN)/2021)

A descrição das atribuições de um cargo de nível gerencial em uma organização inclui: distribuir as atividades e os recursos necessários a sua realização pela equipe de trabalho; identificação de projetos que representem oportunidades de desenvolvimento de negócios; orientar e motivar a equipe para o atingimento dos objetivos organizacionais.

Essas atividades estão relacionadas aos seguintes papéis do administrador, respectivamente:

- (A) decisório, de administrador de recursos; decisório, de empreendedor; interpessoal, de líder;
- (B) decisório, de líder; decisório, de administrador de recursos; interpessoal, de solucionador de conflitos;
- (C) interpessoal, de líder; informacional, de monitor; interpessoal, de negociador;
- (D) informacional, de monitor; decisório, de líder; interpessoal, de elemento de ligação;
- (E) informacional, de administrador de recursos; informacional, de empreendedor; interpessoal, de monitor.

3. (FGV - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ RO)/ADMINISTRADOR/2021)

Uma organização está selecionando candidatos para um cargo de diretor. Entre as atribuições do cargo, estão: “comunicar ao mercado sobre os resultados, políticas e iniciativas organizacionais; identificar oportunidades para desenvolvimento de novos projetos; orientar e motivar a equipe”.

Essas atribuições estão relacionadas, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; empreendedor; líder;
- (B) porta-voz; monitor; símbolo;
- (C) disseminador; empreendedor; líder;
- (D) disseminador; administrador de recursos; solucionador de conflitos;
- (E) elemento de ligação; monitor; símbolo.

4. (FGV - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL (RN)/2021)

Um gerente da área de TI recebeu a incumbência de definir os objetivos e as metas dos funcionários da área, bem como de avaliar o desempenho dos membros de sua equipe.

Ao realizar essas atribuições, o gerente exerce, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- (A) organização; controle;
- (B) planejamento; direção;
- (C) planejamento; controle;
- (D) direção; controle;
- (E) direção; organização.

5. (FGV - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ RO)/ADMINISTRADOR/2021)

O processo de administração compreende as quatro funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. A organização é “a função da administração que faz a distribuição das tarefas e dos recursos entre os membros organizacionais” (Sobral e Peci, 2013, p. 10).

O resultado do processo de organização é:

- (A) a definição das metas e objetivos estratégicos;
- (B) o estabelecimento do grau de descentralização organizacional;
- (C) o desenho da estrutura organizacional;
- (D) o estabelecimento do grau de especialização do trabalho;
- (E) o desenho da cadeia de comando.

6. (FGV - SOLDADO (PM CE)/2021/CFS)

Embora cada empresa tenha sua peculiaridade, existem atividades que são indispensáveis para os gestores, sendo conhecidas como funções administrativas.

Assinale a opção que apresenta corretamente as **funções administrativas**.

- (A) Planejamento, organização, coordenação e coerção.
- (B) Planejamento, organização, direção e controle.
- (C) Organização, coordenação, controle e inovação.
- (D) Coordenação, decisão, motivação e planejamento.
- (E) Direção, premeditação, coerção e coordenação.

7. (FGV - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (FUNSAÚDE CE)/2021)

Considere que um candidato a governador de determinado estado brasileiro seja eleito com a promessa de redução de 20% dos assaltos à mão armada. Ao final de seu mandato, o relatório oficial apresenta uma redução de 22% dos assaltos à mão armada, mas um aumento de 8% no número de assaltos.

Com base no relatório oficial, é possível afirmar que a gestão do governador foi

- (A) eficiente.
- (B) eficaz.
- (C) econômica.
- (D) excelente.
- (E) evasiva.

8. (FGV - ANALISTA ADMINISTRATIVO (FUNSAÚDE CE)/ADMINISTRAÇÃO/2021)

A Organização Racional do Trabalho (ORT) surgiu no apogeu da Administração Científica e visava à substituição dos métodos empíricos e rudimentares, utilizados nas tarefas, por métodos científicos.

Assinale a opção que apresenta um exemplo de fundamento característico da ORT.

- (A) A noção de “homo social”.
- (B) O desenho de cargos e salários.
- (C) O estudo dos grupos informais.
- (D) A análise organicista do processo administrativo.
- (E) A compreensão da organização como sistema aberto.

9. (FGV - ANALISTA ESPECIALIZADO (IMBEL)/ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS/2021)

Leia o fragmento a seguir, relativo às escolas de motivação.

A escola _____ foi responsável por introduzir a versão ____ da motivação, segunda a qual o administrador busca motivar seus funcionários por meio de incentivos, principalmente de ordem material, a exemplo dos salários, baseando-se no pressuposto do ____.

Assinale a opção que apresenta os termos que completam **corretamente** as lacunas do fragmento acima.

- (A) clássica – tradicional – homem social
- (B) clássica – tradicional – homem econômico
- (C) das relações humanas – tradicional – homem social
- (D) das relações humanas – contemporânea – homem social
- (E) das relações humanas – contemporânea – homem social

10. (FGV - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM PB)/2021/CFO 2022)

Henri Fayol foi um dos principais pensadores da Teoria Clássica da Administração. Entre outras contribuições, formulou as funções do administrador e propôs um conjunto de princípios da administração, influenciando o pensamento e a prática administrativa.

Uma das funções do administrador e um princípio da administração, como propostos por Fayol, são, respectivamente:

- (A) planejar; informação;
- (B) dirigir; controle;
- (C) comandar; orçamentação;
- (D) coordenar; centralização;
- (E) organizar; preparo dos trabalhadores.

11. (FGV - ANALISTA ESPECIALIZADO (IMBEL)/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2021)

Após experimento científico realizado por Elton Mayo, conhecido como experiência de Hawthorne, ganhou força a teoria que aumentou a importância da integração social na produtividade, contrastando drasticamente com os ideais tecnocráticos da época. Essa teoria é conhecida como

- (A) Gestão em Rede.
- (B) Teoria dos Sistemas.
- (C) Teoria Estruturalista.
- (D) Abordagem Científica.
- (E) Escola das Relações Humanas.

12. (FGV - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM PB)/2021/CFO 2022)

A Escola de Relações Humanas nasceu a partir das pesquisas conduzidas por Elton Mayo na fábrica da Western Electric em Hawthorne. O movimento de relações humanas opunha-se à escola clássica de administração e trouxe os aspectos humanos para o foco de atenção no pensamento administrativo. No entanto, a Escola foi também alvo de críticas de estudiosos diversos, cujas pesquisas apontaram suas limitações e levaram à sua superação e a novos desenvolvimentos no campo da administração.

Entre as limitações da Escola de Relações Humanas, posteriormente superadas, pode-se destacar:

- (A) a visão de que a autoridade do gerente deve derivar, principalmente, de sua competência técnica;
- (B) a crença de que as decisões participativas cabem aos escalões superiores da organização;
- (C) a correlação entre satisfação do trabalhador e produtividade;
- (D) a visão de que o conflito é positivo e deve ser canalizado para fins produtivos;
- (E) a crença de que o principal papel do administrador é o interpessoal, de símbolo.

13. (FGV - ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS (FUNSAÚDE CE)/2021)

A *Administração por Objetivos* (APO) é uma importante ferramenta de planejamento, desenvolvida com o intuito de envolver todos os membros da organização na definição dos objetivos. Entretanto, algumas desvantagens ou dificuldades na aplicação da ferramenta limitaram sua difusão e continuidade de uso.

Assinale a opção que pode ser apontada como uma das principais dificuldades no uso dessa ferramenta.

- (A) O foco dos esforços no curto prazo, em detrimento ao longo prazo.
- (B) O desestímulo causado aos funcionários devido ao aumento de responsabilidades.
- (C) A dificuldade de discriminar as responsabilidades e autoridades.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2008 - PC-RJ) O Poder Constituinte Originário tem por características ser:

- (A) incondicionado e irrestrito.
- (B) permanente e limitado.
- (C) primário e condicionado.
- (D) autônomo e restrito
- (E) ilimitado e transitório.

2. (FGV - 2008 - PC-RJ) Estão em desacordo com o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal/88:

- (A) poderes delegados para a União.
- (B) poderes remanescentes para os Estados.
- (C) poderes definidos indicativamente para os Municípios.
- (D) áreas comuns de atuações paralelas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.
- (E) setores concorrentes entre União e Estados.

3. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal/88 assegura o direito à vida, admitindo, no entanto, a pena de morte em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, devidamente autorizado pelo Senado Federal.
- (B) Somente o cidadão tem legitimidade para a proposição da ação popular, podendo o autor ficar sujeito ao pagamento das custas judiciais.
- (C) Nos casos de desapropriação em que o bem de produção urbano não cumpre a sua função social, a indenização poderá ser em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- (D) A pena de banimento, vedada pela Constituição Federal/88, impede a expulsão do estrangeiro, mesmo que seu procedimento o torne nocivo à convivência e ao interesse nacional.
- (E) As associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

4. (FGV - 2008 - PC-RJ) Incumbe à Polícia Civil, de acordo com as disposições constitucionais vigentes, a função de:

- (A) polícia administrativa
- (B) polícia ostensiva.
- (C) polícia executiva.
- (D) polícia judiciária.
- (E) polícia repressiva.

5. (FGV - 2008 - PC-RJ) Considere as seguintes afirmativas sobre o tema Administração Pública:

I. O direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar.

II. Quando houver compatibilidade de horários, não é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos técnicos ou científicos, em consonância com a Constituição Federal/88.III. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

6. (FGV - 2008 - PC-RJ) Não se constitui pressuposto formal do estado de defesa:

- (A) a especificação das áreas abrangidas pelo decreto do Presidente da República.
- (B) a prévia manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- (C) a determinação, no decreto do Presidente da República, do tempo de sua duração, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- (D) a existência de grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem pública.
- (E) a indicação de medidas coercitivas, dentre as discriminadas na Constituição Federal.

7. (FGV - 2008 - PC-RJ) A Lei Maior determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com observância obrigatória de determinados objetivos, entre os quais, não se inclui:

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) equidade na forma de participação no custeio.
- (C) diversidade da base de financiamento.
- (D) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) caráter centralizado da gestão administrativa.

8. (FGV - 2008 - PC-RJ) No que concerne ao dever do Estado de efetivar a educação, a Constituição Federal/88 prevê expressamente a garantia de:

- (A) ensino fundamental facultativo e gratuito, inclusive para todos que não tiveram acesso na idade própria.
- (B) progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

(D) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educador.

(E) atendimento ao educando, na educação infantil, por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

9. (FGV - 2008 - PC-RJ) A Constituição Federal/88 prevê que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, observados os seguintes preceitos constitucionais, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) a liberdade de pensamento
- (B) o direito de resposta
- (C) a inviolabilidade à intimidade
- (D) a liberdade de ação profissional
- (E) a liberdade religiosa

10. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito do poder constituinte derivado, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O procedimento que deve ser adotado para a reforma do texto constitucional está necessariamente previsto na própria Constituição.
- (B) A aprovação de uma emenda constitucional depende dos votos favoráveis de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, obtidos em dois turnos de votação em cada uma delas.
- (C) As chamadas cláusulas pétreas da Constituição estabelecem limitações materiais ao poder constituinte derivado.
- (D) É vedada a aprovação de emenda constitucional que altere o regime constitucional da previdência social, tal como instituído no art. 201 e seguintes da Constituição de 1988.
- (E) Norma aprovada pelo poder constituinte derivado está sujeita ao controle judicial de constitucionalidade.

11. (FGV - 2008 - PC-RJ) As alternativas a seguir apresentam alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Estabilidade.
- (B) Licença paternidade.
- (C) Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Participação nos lucros.
- (E) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

12. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito do sistema de controle de constitucionalidade das leis previsto na Constituição de 1988, analise as afirmativas a seguir:

I. O controle incidental de constitucionalidade das leis, no Brasil, é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário.

II. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, dentre outros legitimados, o Presidente da República, os Governadores de Estado ou do Distrito Federal, e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

III. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei em sede de controle concentrado tem efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

IV. É pressuposto de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do dispositivo legal cuja constitucionalidade se discute.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

13. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito do princípio constitucional da presunção de inocência, assinale a alternativa correta.

- (A) Proíbe que réus não condenados por sentença transitada em julgado sejam submetidos à prisão cautelar.
- (B) Determina que todos os réus condenados à pena privativa liberdade tenham direito à progressão de regime prisional.
- (C) Determina que a prisão de réus ainda não condenados por sentença definitiva só possa ser decretada excepcionalmente, em casos de necessidade concretamente demonstrada.
- (D) Não se aplica aos acusados de crimes hediondos, os quais devem necessariamente responder ao processo sob custódia cautelar.
- (E) Apenas os réus que se declararem culpados em interrogatório judicial poderão ser condenados à pena privativa de liberdade.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
A inspeção de segurança veicular consubstancia, precisamente, o exercício de poder:
(A) vinculado
(B) discricionário.
(C) hierárquico.
(D) subalterno.
(E) regulamentar.
2. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
O jurado, no Tribunal do Júri, exerce:
(A) cargo efetivo.
(B) função paradministrativa.
(C) cargo comissionado.
(D) cargo gratificado.
(E) função pública.
3. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Quando o servidor público atua fora dos limites de sua competência, mas visando ao interesse público, pratica:
(A) excesso de poder, que caracteriza abuso de poder.
(B) excesso de poder, mas que, no caso, não caracteriza abuso de poder.
(C) desvio de poder, que caracteriza abuso de poder;
(D) desvio de poder, mas que, no caso, não caracteriza abuso de poder.
(E) ato válido.
4. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
O alvará para licença de construção de imóvel consubstancia um ato:
(A) normativo.
(B) ordinatório.
(C) enunciativo.
(D) negocial.
(E) punitivo.
5. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Os serviços municipais de calçamento se traduzem como:
(A) individuais.
(B) gerais.
(C) administrativos.
(D) industriais
(E) próprios

6. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
Não é princípio da Administração Pública:
(A) hierarquia.
(B) especialidade.
(C) motivação.
(D) autotutela.
(E) universalidade.
7. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
Entre os atos administrativos a seguir, aquele que se caracteriza como ato constitutivo é:
(A) a isenção.
(B) a aplicação de penalidade .
(C) o parecer.
(D) a anulação.
(E) o atestado.
8. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de:
(A) direção, apenas.
(B) natureza política e de interesse público.
(C) natureza técnica, chefia e direção, apenas.
(D) direção, chefia e assessoramento, apenas.
(E) qualquer natureza administrativa.
9. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
A usurpação de função e a desapropriação de um bem imóvel da União por um município são, respectivamente, vícios do ato administrativo relativos à:
(A) competência e objeto.
(B) sujeito e competência.
(C) incapacidade e forma.
(D) incompetência e motivo.
(E) objeto e finalidade.
10. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
A respeito do tema controle da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.
I. O controle legislativo abrange os atos do Poder Executivo e alguns do Poder Judiciário.
II. O controle político relaciona-se com os aspectos da legalidade, não apreciando as decisões administrativas sob o aspecto da discricionariedade.
III. O controle financeiro compreende, entre outros, o controle de resultados de cumprimento dos programas de trabalho e de metas.
IV. A fiscalização inclui o sistema de controle externo exercido por cada um dos Poderes em relação aos outros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I, II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

11. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Não é uma característica comum às entidades da Administração Indireta:

- (A) criação e extinção por lei.
- (B) controle interno pelo Poder Executivo.
- (C) desempenho de atividade de natureza econômica.
- (D) contratação de obras e serviços mediante licitação pública.
- (E) exigência de prévio concurso público para ingresso de pessoal efetivo.

12. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

A rescisão unilateral de concessão de serviço público por razão de inadimplemento contratual é denominada:

- (A) reversão.
- (B) avocação.
- (C) encampação.
- (D) intervenção.
- (E) caducidade.

13. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Após a devida publicação do aviso contendo o resumo do edital de uma licitação na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, o administrador público estadual poderá realizar o certame, de acordo com a Lei Federal 8666/93, no prazo de:

- (A) 8 (oito) dias úteis.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

14. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Quanto à finalidade, é caracterizado como vício do ato administrativo:

- (A) a função de fato.
- (B) a inexistência de motivos.
- (C) o desvio de poder.
- (D) o excesso de poder.
- (E) o objeto impossível.

15. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

A transferência da execução de serviço público comum à pessoa jurídica de direito privado já existente, mediante contrato administrativo, conservando o Poder Público a titularidade do serviço, é caso de:

- (A) desconcentração administrativa por outorga.
- (B) desconcentração funcional por colaboração.
- (C) descentralização administrativa por delegação legal.
- (D) descentralização administrativa por colaboração.
- (E) concentração funcional por delegação negocial.

16. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

A Administração Pública, diante de uma rescisão de contrato administrativo, por culpa do contratado, retém os créditos decorrentes do contrato até os limites dos prejuízos causados. Nessa situação, a retenção dos créditos é de natureza:

- (A) satisfativa.
- (B) coercitiva.
- (C) acautelatória.
- (D) restitutória.
- (E) judicial.

17. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Com relação aos contratos de concessão de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

I. Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

II. A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

III. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, inclusive os impostos sobre a renda, após a data da assinatura do contrato, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

IV. O poder concedente não poderá prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, a fim de favorecer a modicidade das tarifas para os usuários.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

18. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Com relação à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O funcionário público, condenado na esfera criminal, poderá ser absolvido na esfera civil e administrativa, prevalecendo a regra da independência entre as instâncias.

II. A absolvição judicial do servidor público repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou excluí-lo da condição de autor do fato.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2021 - DPE-RJ - DEFENSOR PÚBLICO)

Quando não há acordo entre mãe e pai, mas ambos estão aptos a exercer o poder familiar e desejam exercer a guarda no melhor interesse do(s) filho(s), como deverá decidir o juiz, segundo o Código Civil:

- (A) Concederá a guarda unilateral à mãe, regulamentando a visitação do pai.
- (B) Concederá a guarda unilateral ao pai, regulamentando a visitação da mãe.
- (C) Concederá a guarda compartilhada, em que o tempo de convívio com o(s) filho(s) deve ser dividido de forma equilibrada de acordo com as condições fáticas da mãe e do pai.
- (D) Concederá a guarda a terceira pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência, considerando o grau de parentesco e afetividade com a criança, regulamentando a visitação dos pais.
- (E) Concederá a guarda alternada, determinando que o(s) filho(s) passe(m) obrigatoriamente uma semana sob a responsabilidade e autoridade exclusiva da mãe e na semana seguinte, sob a responsabilidade e autoridade exclusiva do pai.

2. (FGV - 2021 - DPE-RJ - DEFENSOR PÚBLICO)

João, capaz e com 55 anos de idade, tem como únicos herdeiros Marcio, Roberto e Caio, fruto de seu relacionamento com Maria, casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Como é proprietário de diversos imóveis, decide alienar um deles para Marcio. Procura então o Defensor Público da Comarca para orientação jurídica sobre a possibilidade desta transferência de propriedade. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) No caso de doação do ascendente para descendente, mostra-se indispensável a concordância dos demais herdeiros, o que não se faz necessário em se tratando de compra e venda.
- (B) A venda de ascendente para descendente é considerada antecipação da herança futura.
- (C) A alienação do imóvel de João para Marcio é nula de pleno direito, não suprimindo a nulidade a concordância dos outros herdeiros.
- (D) A venda pode ser realizada livremente, sem a necessidade de concordância dos demais, desde que não seja feita por preço vil.
- (E) A venda de ascendente para descendente exige o consentimento expresso tanto dos demais descendentes como de Maria.

3. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

Priscila era passageira em uma viagem de ônibus da empresa de transporte VIAGEM BEM LTDA., quando sofreu danos em decorrência de uma colisão. É correto afirmar que:

- (A) haverá responsabilidade civil da entidade empresária de transporte, independentemente de culpa;
- (B) não há responsabilidade civil da entidade empresária de transporte, em hipótese alguma;
- (C) somente haverá responsabilidade civil da entidade empresária de transporte se ficar demonstrada culpa grave do motorista;
- (D) a responsabilidade civil da entidade empresária de transporte é subjetiva com culpa presumida;
- (E) se trata de caso de responsabilidade civil extracontratual.

4. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

No que diz respeito ao poder familiar, é correto afirmar que:

- (A) não tem aplicabilidade em caso de filhos decorrentes de união estável;
- (B) não está sujeito à suspensão;
- (C) não está sujeito à extinção;
- (D) é exercido pelos pais, em igualdade de condições;
- (E) se estende até a maioridade, normalmente.

5. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

Com relação à união estável, é correto afirmar que:

- (A) por determinação de lei, submete-se, quanto ao aspecto patrimonial, ao regime da comunhão universal de bens;
- (B) deve ser estabelecida com o objetivo de constituição de família;
- (C) não é reconhecida pela legislação brasileira;
- (D) não está sujeita aos impedimentos matrimoniais;
- (E) é o mesmo que concubinato.

6. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

É correto afirmar que o direito à prestação de alimentos entre pais e filhos:

- (A) é recíproco, mas não é extensivo aos demais ascendentes;
- (B) é recíproco e extensivo aos demais ascendentes;
- (C) inexistente no direito brasileiro;
- (D) não é recíproco, mas é extensivo aos demais ascendentes;
- (E) é imprescritível.

7. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

Em matéria de pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- (A) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado;
- (B) a fundação poderá ser constituída para fins econômicos;
- (C) as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos;
- (D) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com o respectivo ato constitutivo, independentemente de registro;
- (E) nas associações, a exclusão do associado independe de motivação e do devido procedimento legal.

8. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

Em matéria de negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- (A) o silêncio, enquanto modalidade de manifestação de vontade dos interessados, jamais implica anuência;
- (B) o contrato consigo mesmo, em qualquer hipótese, é considerado válido, enquanto exceção à diversidade de partes, por não ofender as normas imperativas do Código Civil;
- (C) o ato jurídico praticado mediante simulação é considerado anulável, assim como ocorre nos vícios do consentimento em geral;
- (D) o titular do direito sob condição suspensiva, enquanto não implementada esta, não pode adotar qualquer medida de defesa ou conservação;
- (E) a condição que subordina a eficácia do contrato a uma simples e arbitrária manifestação de vontade de um dos contratantes é puramente potestativa, como do seu mero capricho.

9. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

Em matéria de responsabilidade civil, estabelece o Código Civil brasileiro que:

- (A) constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;
- (B) existe uma única cláusula geral de responsabilidade civil baseada na culpa;
- (C) a responsabilidade civil dos médicos é baseada na apuração da imprudência, negligência e imperícia;
- (D) em caso de homicídio, a indenização não abrange a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia;
- (E) o princípio da reparação integral não encontra qualquer exceção no Direito Civil brasileiro.

10. (FGV - 2016 - MPE-RJ - ESTÁGIO FORENSE)

Em matéria de usucapião, prevê o ordenamento jurídico brasileiro que adquire a propriedade, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, aquele que, sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel por:

- (A) 20 anos;
- (B) 18 anos;
- (C) 15 anos;
- (D) 02 anos;
- (E) 01 ano.

11. (FGV-2017-SEFIN-RO)

Médici celebra contrato de comissão com Borracharia Seringueiras Ltda. com prazo de três anos, fixando-se uma comissão anual no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) em favor do comissário. O contrato contém cláusula de exclusividade que impede Médici de atuar como comissário para qualquer concorrente de Borracharia Seringueiras Ltda., bem como cláusula penal que estipula o pagamento de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para o descumprimento contratual, não prevendo direito à indenização suplementar. Durante o segundo ano de vigência do contrato, Médici recebe proposta para atuar como comissário de sociedade concorrente de Borracharia Seringueiras Ltda. A concorrente oferece expressamente o quádruplo do valor anual pago a Médici, que aceita a proposta, descumprindo a cláusula de exclusividade. Pelo descumprimento, Médici paga à Borracharia Seringueiras Ltda. o montante estipulado de R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ainda que o prejuízo exceda o previsto na cláusula penal, não pode a Borracharia Seringueiras Ltda. exigir indenização suplementar de Médici, porque assim não foi convencionado.
- (B) A cláusula penal é o limite máximo indenizatório pré-fixado; portanto, a Borracharia Seringueiras Ltda. não poderia exigir indenização suplementar de Médici, ainda que o prejuízo superior tivesse sido demonstrado e convencionado.
- (C) Se o prejuízo exceder o previsto na cláusula penal, pode a Borracharia Seringueiras Ltda. exigir indenização suplementar de Médici, mesmo não tendo sido convencionado.
- (D) Como foi estipulada a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, e a prestação pode ser superior ao prejuízo pré-fixado, com ou sem convenção, a obrigação se converte em alternativa em benefício de Médici.
- (E) A cláusula penal é o limite mínimo indenizatório pré-fixado; portanto, para a Borracharia Seringueiras Ltda. exigir a pena convencional, é necessário que alegue prejuízo.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/2021/XXVII)

Entre as características e contornos do processo estrutural, estão:

- (A) predomínio de protagonismo judicial, com pouco espaço para o consensualismo, dada a indisponibilidade dos interesses em jogo;
- (B) utilização de técnicas processuais flexibilizadoras, sem prejuízo do respeito a garantias básicas, como a estabilização do pedido e a congruência entre pedido e sentença;
- (C) existência de decisões “em cascata”, estabelecimento de planos e atenção a regimes de transição;
- (D) preocupação com a eficiência do procedimento, a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade da atividade satisfativa;
- (E) utilização constante de precedentes vinculantes, proliferação de negócios jurídicos processuais e incentivo à atuação de *amici curiae*.

2. (FGV - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ BA)/JUDICIÁRIA/ DIREITO/2015)

A hermenêutica jurídica vem se destacando como um dos temas centrais na reformulação da ciência processual moderna. De acordo com a hermenêutica jurídica, o juiz deve, ao julgar, aplicar:

- (A) os princípios processuais de acordo com as regras processuais contidas no Código de Processo Civil;
- (B) a analogia, os costumes e os princípios gerais do Direito como fontes primárias das normas processuais;
- (C) a interpretação literal, em detrimento da percepção sistemática das regras e princípios processuais;
- (D) a sua percepção pessoal sobre as regras processuais em razão do princípio constitucional da motivação;
- (E) os princípios e as regras de modo a definir com clareza o alcance e a incidência das normas processuais.

3. (FGV - TÉCNICO MÉDIO DA DEFENSORIA (DPE RJ)/2019)

Segundo o vigente Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, e independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência.

Trata-se de regras processuais que encerram a aplicação do princípio constitucional do(a):

- (A) livre acesso à justiça;
- (B) juiz natural;
- (C) isonomia;
- (D) ampla defesa;
- (E) duração razoável do processo.

4. (FGV - TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RJ)/NOTIFICAÇÃO E ATOS INTIMATÓRIOS/2016)

A possibilidade de concessão, pelo juiz da causa, de tutela antecipatória do mérito, *inaudita altera parte*, em razão de requerimento formulado nesse sentido pela parte autora em sua petição inicial, está diretamente relacionada ao princípio:

- (A) do juiz natural;
- (B) da inércia da jurisdição;
- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) do contraditório;
- (E) da motivação das decisões judiciais.

5. (FGV - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ BA)/ JUDICIÁRIA/2015)

A jurisdição representa uma atividade estatal voltada à composição dos conflitos de interesses. No Brasil, uma das características fundamentais da jurisdição é a:

- (A) inércia;
- (B) diametricidade;
- (C) eleição direta;
- (D) dualidade;
- (E) formalidade.

6. (FGV - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ PI)/ ADMINISTRATIVA/ANALISTA JUDICIAL/2015)

A sentença que julga matéria não compreendida pela demanda, que deixa de julgar pedido formulado pelo autor ou que confere à parte mais do que foi postulado incorre em vícios, por aplicação de um princípio fundamental do Direito Processual.

Os vícios e o princípio processual acima referidos são, respectivamente:

- (A) nulidade absoluta, nulidade relativa e irregularidade — princípio *nemo tenetur se detegere*;
- (B) *extra petita, retro petita e supra petita* — princípio da equidade;
- (C) nulidade absoluta, nulidade relativa e irregularidade — princípio da congruência;
- (D) *extra petita, retro petita e supra petita* — princípio *nemo tenetur se detegere*;
- (E) *extra petita, citra petita e ultra petita* — princípio da congruência.

7. (FGV - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ PI)/JUDICIÁRIA/ ESCRIVÃO JUDICIAL/2015)

Em sua clássica obra “Acesso à Justiça”, Mauro Cappelletti e Bryant Garth identificaram os obstáculos a serem transpostos para assegurar o direito ao acesso efetivo à justiça e propuseram soluções práticas para os problemas relacionados a esse acesso, denominando-as de “ondas”. Nesse contexto, a alternativa que caracteriza uma das ondas de acesso à justiça é:

- (A) criação de escolas de formação de magistrados;
- (B) representação dos interesses difusos;
- (C) redução dos procedimentos especiais;
- (D) reforço da neutralidade judicial;
- (E) combate ao uso seletivo de incentivos econômicos para encorajar acordos.

8. (FGV - AGENTE PÚBLICO (TCE-BA)/2014)

Com relação ao princípio do contraditório, importante princípio constitucional do Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sua incidência em um processo judicial depende de manifestação expressa de concordância de ambas as partes.
- (B) Sua incidência poderá ser atestada pelo Juiz, de ofício, sempre que julgar conveniente.
- (C) Sua incidência só pode ser afastada nos processos em que inexistir lide entre autor e réu, mesmo que uma das partes deseje a sua não incidência.
- (D) Sua incidência assegura, sob o prisma jurídico, que a cada manifestação de uma das partes, a parte adversa tenha igual direito.
- (E) Sua incidência em processo administrativo somente será possível se o autor e o réu, expressamente, o requererem ao Juiz.

9. (FGV - AGENTE PÚBLICO (TCE-BA)/2014)

Na situação em que um processo tramita perante um juízo cuja competência constitucional não é preestabelecida, um princípio, constitucionalmente previsto, é violado.

Assinale a alternativa que indica corretamente o princípio que, na hipótese acima descrita, está sendo **desrespeitado**.

- (A) Princípio do Juiz Natural.
- (B) Princípio da Ampla Defesa.
- (C) Princípio do Contraditório.
- (D) Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (E) Princípio da motivação das decisões judiciais.

10. (FGV - AGENTE PÚBLICO (TCE-BA)/2014)

Suponha que em determinado processo de conhecimento que tramitava pelo rito comum ordinário tenha havido a juntada de importante documento pela parte autora sem que o Juiz, em momento seguinte, tenha intimado a parte adversa para que esta, tomando conhecimento da existência do documento, pudesse sobre ele se manifestar.

Assinale a alternativa que expressa o princípio processual de forma direta e efetiva violado pela hipótese descrita.

- (A) Princípio do Contraditório.
- (B) Princípio do Juiz Natural.
- (C) Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.
- (D) Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional.
- (E) Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.

11. (FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ PA)/2008)

A inobservância pelo juízo da causa de pedir deduzida na exordial implica vulneração ao princípio da:

- (A) congruência.
- (B) adstrição.
- (C) correlação.
- (D) instrumentalidade.
- (E) vinculação.

12. (FGV - TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO (DPE RJ)/2019)

Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

- (A) ação possessória tendo por objeto bem público;
- (B) *habeas data*;
- (C) restauração de autos;
- (D) ação popular;
- (E) mandado de injunção.

13. (FGV - TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RJ)/NOTIFICAÇÃO E ATOS INTIMATÓRIOS/2016)

No tocante à inércia, uma exceção a tal característica da jurisdição, de acordo com a legislação processual vigente, é a:

- (A) interdição;
- (B) reintegração de posse de imóvel público;
- (C) restauração de autos;
- (D) anulação de contrato administrativo;
- (E) nulidade de casamento.

14. (FGV - ADVOGADO DO SENADO FEDERAL/2008)

A expedição de carta de ordem para que o Juiz de Primeiro Grau cumpra determinado ato é **exceção** ao princípio:

- (A) da demanda.
- (B) da indeclinabilidade.
- (C) da indelegabilidade.
- (D) da inércia.
- (E) do duplo grau.

15. (FGV - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ RO)/2021)

O Ministério Público, por intermédio de seu Promotor de Justiça com atribuição, autorizado pelo ordenamento jurídico, ajuíza uma ação, em nome próprio, na defesa dos interesses de um incapaz.

Nesse caso, é correto afirmar que o Ministério Público atuará na qualidade de:

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Relativamente aos princípios de direito penal, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina.
- (B) Não há pena sem prévia cominação legal.
- (C) Crimes hediondos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei penal.
- (D) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.
- (E) A lei posterior que de qualquer modo favorece o agente aplica-se aos casos anteriores.

2. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:

- (A) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.
- (B) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública.
- (C) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física, mas não à integridade moral.
- (D) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.
- (E) as penas privativas de liberdade poderão ser impostas aos sucessores do condenado.

3. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Assinale a alternativa correta.

- (A) Expirado o prazo de validade da lei temporária, não se poderá impor prisão em flagrante àqueles que praticarem o crime após a expiração, mas ainda será possível a instauração de processo criminal.
- (B) Todos aqueles que praticaram o crime durante a vigência da lei temporária poderão ser processados, mesmo depois de expirado seu prazo de vigência.
- (C) Cessada a vigência da lei temporária, consideram-se prescritos os crimes praticados durante sua vigência.
- (D) O princípio da ultra-atividade da lei penal permite que todos aqueles que pratiquem o crime no intervalo de três anos a partir do fim do prazo de vigência da lei temporária sejam processados criminalmente.
- (E) Terminado o prazo de vigência da lei temporária, ocorrerá a abolitio criminis, libertando-se os que estiverem presos em razão da prática do crime previsto nessa lei.

4. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Um fato criminoso praticado no interior de uma embarcação privada brasileira que esteja em alto-mar, fora das águas territoriais de qualquer país, está sujeito à aplicação da seguinte lei penal:

- (A) brasileira.
- (B) do país de onde a embarcação tiver partido.
- (C) do país para onde a embarcação estiver se dirigindo.
- (D) do país mais próximo de onde estiver a embarcação.
- (E) do país em que primeiro aportar a embarcação.

5. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Considera-se em legítima defesa quem:

- (A) pratica o fato sob coação irresistível.
- (B) pratica o fato para salvar-se de perigo que ele próprio provocou.
- (C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio cujo sacrifício não era razoável exigir-se.
- (D) pratica o fato por erro plenamente justificado pelas circunstâncias e que tenha sido causado por terceiro.
- (E) pratica o fato utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma agressão injusta a direito próprio ou de outrem, desde que a agressão seja atual ou iminente.

6. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
São considerados crimes contra o patrimônio:

- (A) homicídio (art. 121 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (B) roubo (art. 157 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (C) roubo (art. 157 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e extorsão mediante sequestro (art. 159 do Código Penal).
- (D) estelionato (art. 171 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (E) dano (art. 163 do Código Penal), violação de domicílio (art. 151 do Código Penal) e furto (art. 155 do Código Penal).

7. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Relativamente ao tipo objetivo, pode-se afirmar que o crime de incêndio ("art. 250: Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem") é considerado:

- (A) de perigo abstrato.
- (B) de perigo concreto.
- (C) de perigo presumido.
- (D) de alto risco.
- (E) de baixo risco.

8. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Em relação aos atos que podem constituir crimes de tortura, assinale a afirmativa incorreta.

(A) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico com o fim de obter informação

(B) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico para provocar ação ou omissão de natureza criminosa

(C) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial ou religiosa

(D) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou ameaça, a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal

(E) constranger alguém sem emprego de violência nem ameaça, para que faça algo que a lei não obriga

9. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Relativamente ao crime de tortura (Lei 9.455/97), é correto afirmar que a pena do crime é aumentada quando:

(A) o crime é cometido contra agente público.

(B) o crime é cometido por pessoa maior de sessenta anos.

(C) o crime é cometido por agente público.

(D) o crime é cometido durante o repouso noturno.

(E) a pessoa que tinha o dever de evitá-las ou apurá-las se omite em face dessas condutas.

10. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - Inspetor de Polícia) O Supremo Tribunal Federal decidiu que os crimes previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 são crimes materiais. Isso significa que:

(A) é preciso aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal em que seja constatada a efetiva redução ou supressão do tributo para ajuizar a ação penal por crime de sonegação fiscal.

(B) é preciso que a denúncia venha acompanhada de laudo pericial subscrito por dois peritos oficiais atestando a falsificação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais.

(C) o autor do crime terá a pena aumentada em 1/3 a 2/3.

(D) não será instaurado inquérito para apuração da conduta do funcionário que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

(E) a lei foi revogada.

11. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Na Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86), não está previsto o seguinte crime:

(A) gerir fraudulentamente instituição financeira

(B) induzir ou manter em erro, sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, sonegando-lhe informação ou prestando-a falsamente.

(C) fazer inserir elemento falso ou omitir elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos de valores mobiliários.

(D) ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra o sistema financeiro nacional.

(E) efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do país.

12. (FGV - PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Segundo a Lei 7.716/89, as condutas relacionadas a seguir constituem crime de racismo, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público

(B) impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar

(C) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial ou religiosa

(D) impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a eles

(E) negar ou obstar emprego em empresa privada

13. (FGV - 2008 - PC-RJ) Assinale a alternativa que apresente circunstância que não qualifica o crime de homicídio doloso.

(A) Quando o homicídio é praticado mediante promessa de recompensa.

(B) Quando o homicídio é praticado mediante emprego de veneno.

(C) Quando o homicídio é praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.

(D) Quando o homicídio é praticado para assegurar a impunidade de outro crime.

(E) Quando o homicídio é praticado mediante emprego de asfixia.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Relativamente ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) O inquérito pode ser instaurado pelo inspetor de polícia.

(B) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito será instaurado mesmo sem a manifestação expressa de concordância por parte da vítima ou de quem puder representá-la.

(C) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito somente será instaurado se houver manifestação expressa de concordância por parte da vítima ou de quem puder representá-la.

(D) O inquérito pode ser instaurado mediante requisição do Ministério Público.

(E) Não cabe recurso do despacho que indefere o requerimento de abertura de inquérito.

2.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Assinale a alternativa que indique o crime em que não caberá prisão temporária.

(A) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º)

(B) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único)

(C) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

(D) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

(E) estelionato (art. 171, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

3.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um delegado poderá deixar de realizar, a seu juízo, a seguinte diligência:

(A) colheita de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

(B) determinação, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

(C) oitiva do indiciado.

(D) oitiva do ofendido.

(E) diligência que for requerida pelo ofendido.

4.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

As alternativas a seguir completam corretamente o fragmento a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

Considera-se em flagrante delito quem...

(A) está cometendo a infração penal.

(B) acaba de cometer a infração penal.

(C) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

(D) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(E) é apontado por qualquer pessoa do povo como autor de crime infamante.

5.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

A prisão preventiva poderá ser decretada:

(A) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

(B) nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer e especificamente nos crimes punidos com pena de detenção quando o autor do crime for identificado e possuir residência onde possa ser encontrado.

(C) quando o agente pratica o crime em situação de legítima defesa.

(D) sempre que houver necessidade para investigação, tanto nos crimes dolosos como culposos.

(E) nos crimes hediondos, ainda que não estejam presentes os requisitos cautelares

6.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Assinale a alternativa que indique o crime em que não é cabível a interceptação das comunicações telefônicas regulada pela Lei 9.296/96.

(A) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º)

(B) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único)

(C) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

(D) ameaça (art. 147)

(E) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

7.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Relativamente à lei de interceptações telefônicas, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal.

(B) Deferido o pedido de interceptação, o ofendido conduzirá os procedimentos de interceptação.

(C) O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

(D) Só será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.

(E) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

8.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Relativamente aos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Nas hipóteses de infração de menor potencial ofensivo, ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

(B) Nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo em que a ação penal é de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o autor do fato e a vítima poderão realizar a composição dos danos, pondo fim ao litígio e acarretando a renúncia ao direito de queixa ou representação.

(C) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, porá fim ao processo, devendo, no entanto, a vítima ajuizar ação de conhecimento perante o juízo civil competente.

(D) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

(E) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

9.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Nas situações apresentadas a seguir é imposta prisão em flagrante, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) nas infrações de menor potencial ofensivo, ao agente que se recusar a comparecer ao juizado especial criminal quando intimado

(B) nos crimes de trânsito ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, se o agente prestar pronto e integral socorro àquela

(C) ao agente do crime de extorsão mediante seqüestro que se comprometer a delatar os comparsas da prática criminosa

(D) ao agente que alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, em razão de seu valor ecológico sem autorização da autoridade competente

(E) ao agente do crime de estelionato que se propuser a reparar o dano causado posteriormente

10.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Com relação ao sistema processual penal brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. O processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, entre outros, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.

II. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

III. A lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

Assinale:

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

11.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Em relação à ação penal, analise as afirmativas a seguir:

I. A mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver dele separada ou quando a queixa for contra ele.

II. O direito de ação penal privada subsidiária da pública está previsto na Constituição bem como no Código de Processo Penal.

III. Se o ofendido for retardado mental e colidirem os interesses dele com os de seu representante legal, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado pelo juiz competente para o processo penal.

Assinale:

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

12.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

A respeito do sistema de recursos em geral, previsto no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

II. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

III. Os recursos serão sempre voluntários, não se admitindo recursos interpostos, de ofício, pelo juiz.

Assinale:

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.